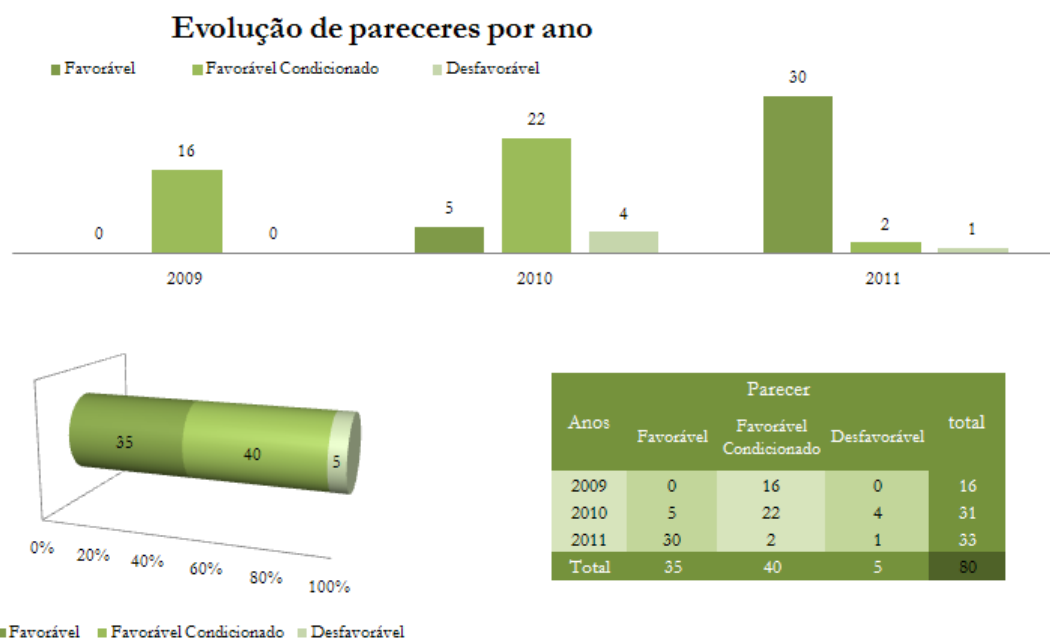

Anexo VII

Tratamento de Dados

Contributos para a Carta de
Desporto da Natureza do Parque
Natural da Serra da Estrela

Os dados apresentados na figura seguinte referem-se aos pareceres resultantes dos pedidos efectuados, por empresas e por associações culturais locais, para a realização de actividades de Desporto da Natureza (DN) na área do PNSE, no triénio 2009-2011.

Durante o referido período, os pedidos para realização de actividades de DN no PNSE deram origem a 80 pareceres, em que 35 tiveram parecer favorável, 40 parecer favorável condicionado e 5 desfavorável.



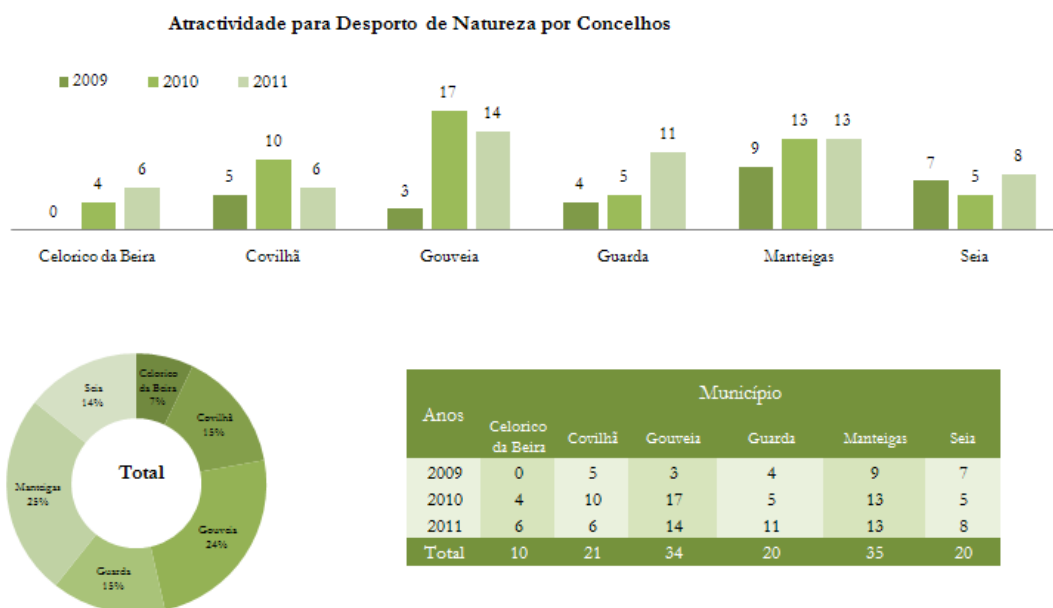
Evolução anual de pareceres no PNSE.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Pela análise efectuada, referente às actividades desportivas no PNSE nos anos de 2009 e 2010, verifica-se que as actividades eram realizadas mas, na sua maioria condicionadas, devendo-se este facto aos procedimentos seguidos pelo ICNB que adoptou uma sensibilidade pró-activa. Assim, na primeira vez que uma entidade procedia a um pedido de parecer esta era informada das condicionantes do novo regulamento do Plano de Ordenamento. Em 2011, já toda a situação estava regularizada e pelo número de pareceres *favoráveis* pode concluir-se, que a acção foi positiva e que existe uma fácil “leitura” das regras de ordenamento, tornando-se estas, atingíveis por todos.

Nos elementos apresentado sem seguida verificar-se-á que o novo plano de ordenamento do PNSE, bem como a legislação que regulamenta a actividade turística, contribuiu para uma melhor articulação entre os reguladores da actividade e as empresas de animação turística, potencializando melhoramentos significativos na gestão da área.

Na figura seguinte indica-se o número de ocorrências de DN por concelho, para o triénio 2009-2011. Pode-se afirmar que os concelhos de Manteigas e Gouveia foram os que mais apostaram na promoção da actividade turística de DN, pois o número de ocorrências nestes dois concelhos foi de cerca de 50% do número total de ocorrências na área em estudo (140).

No entanto, face ao número total de ocorrências de DN na área do parque, considera-se que esta actividade ainda apresenta um peso pouco significativo, não sendo a contribuição económica muito relevante.



Evolução do nº de ocorrências de DN por concelho, na área do PNSE.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

A maioria das modalidades de DN podem ser praticadas ao longo do ano, combatendo-se assim a sazonalidade do turismo de neve, sendo por isso necessário uma maior promoção deste tipo de produto turístico.

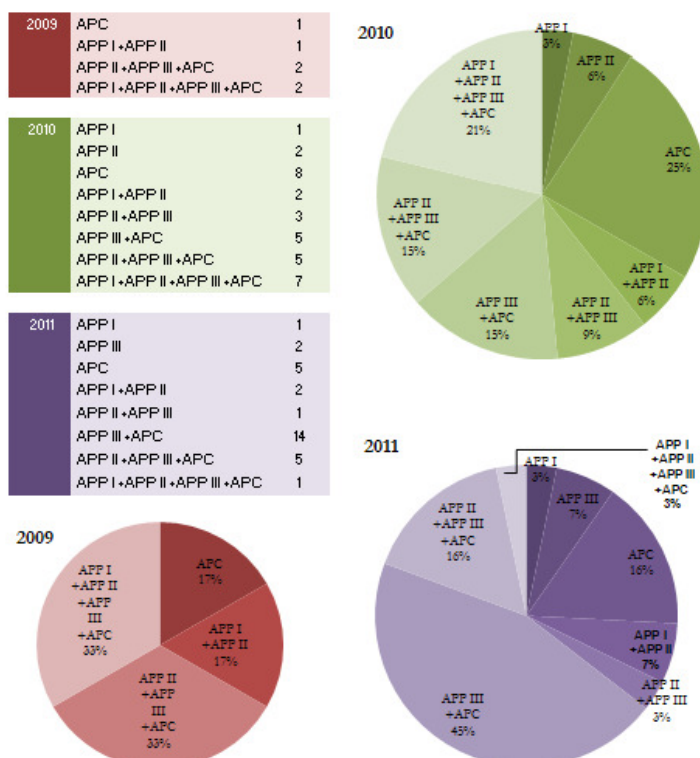
A promoção do DN deve ser considerada como um investimento económico e ambiental e deve ser encarada em conjunto por todos os agentes, em que uma acção consertada de marketing poderá trazer para a região as mais-valias económicas pretendidas.

Seguidamente, para o triénio 2009-2011, pode-se observar a incidências das actividades DN por tipologia de área de protecção¹, definidas no Plano de Ordenamento. Os números

¹ As tipologias, são definidas pelo seu nível de protecção, do maior para o menor, respectivamente, por:

- APP I – Área de Protecção Parcial Tipo I;
- APP II – Área de Protecção Parcial Tipo II;
- APP III – Área de Protecção Parcial Tipo III;
- APC – Área de Protecção Complementar.

devem ser entendidos com algumas precauções, pois a leitura deve ser efectuada quer pelas percentagens quer pelos valores absolutos.



Incidências anuais das actividades de DN por tipologia de protecção.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Os dados indicam-nos que no período analisado houve uma evolução no que respeita às zonas e respectivos regimes de protecção utilizadas nas actividades de DN. Esta evolução deve-se à entrada em vigor do Plano de Ordenamento que define claramente quatro zonas de protecção e respectivas tipologias.

Verifica-se que existe uma evolução nas escolhas das áreas com um regime de protecção mais baixo, em prol das áreas com regime de protecção mais elevado, que foram preteridas ao longo do triénio. Isso é visível, principalmente, pela evolução positiva dos valores combinados descritos como APP III + APC.

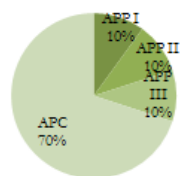
Contudo estes dados tornam-se ainda mais relevantes, se se atender a que a actividade com maior destaque na área do PNSE é o «IT Turístico», posteriormente objecto de análise, verificando-se dessa forma uma redirecção das actividades de DN com maior carga sobre o território, nomeadamente para zonas em que o impacte das actividades é minimizável.

Em seguida pretende-se avaliar as combinações da “tipologia “ dos pedidos de parecer, isto é, de que forma os agentes, ao preparem as suas actividades, optavam por combinações

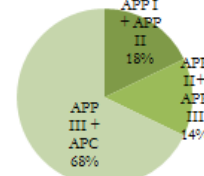
(níveis de protecção) favoráveis à conservação dos valores naturais, sem que exista uma diminuição nas expectativas dos turistas.

	2009	2010	2011	TOTAL
APP I	0	1	1	2
APP II	0	2	0	2
APP III	0	0	2	2
APC	1	8	5	14
APP I +APP II	1	2	2	5
APP II +APP III	0	3	1	4
APP III +APC	0	5	14	19
APP II +APP III +APC	2	5	5	12
APP I +APP II +APP III +APC	2	7	1	10

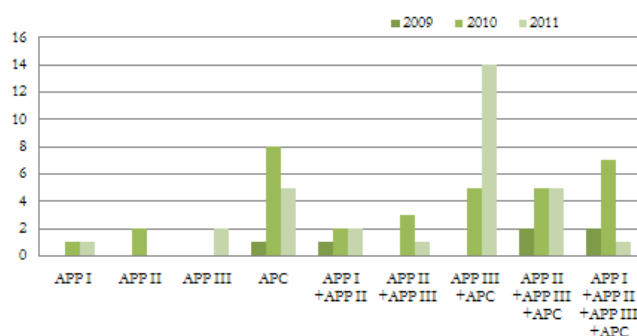
Total por 1 nível de Protecção



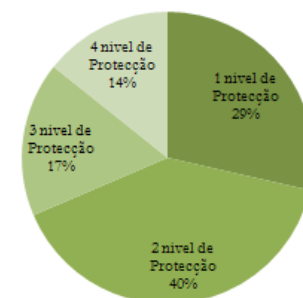
Total por 2 níveis de protecção



Pareceres por ano/nível de protecção



Total dos 3 anos por níveis de Protecção



Incidência das actividades de DN pelos vários níveis de protecção.

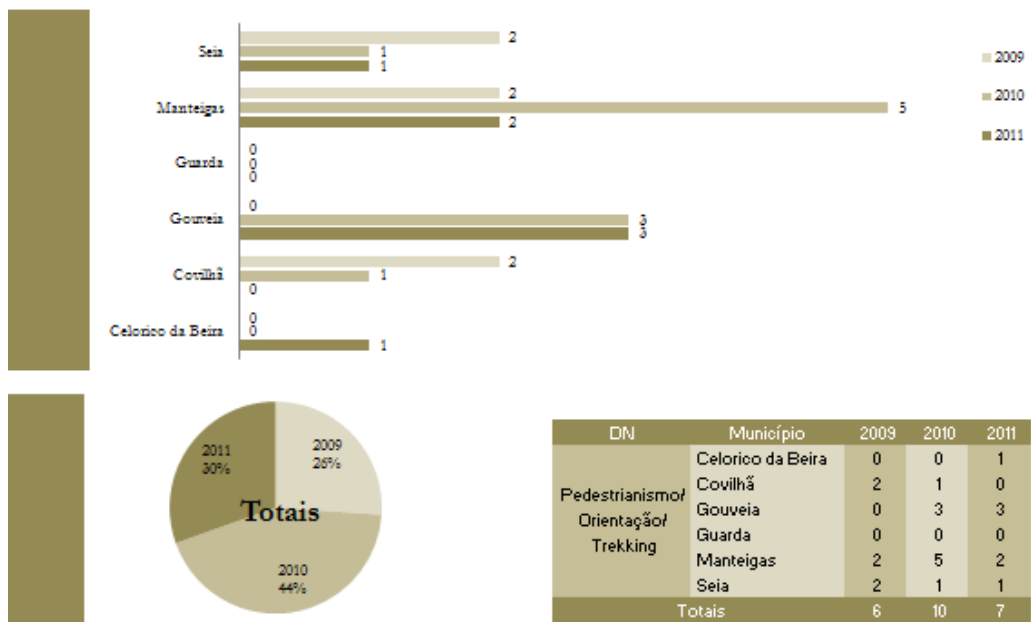
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Da análise dos dados verifica-se que dos pedidos efectuados no triénio 2009-2011 a maioria recai nas áreas sujeitas a dois níveis de protecção. A escolha dos agentes turísticos recai 70% em APC, zona do território com menores restrições à prática do DN e com maior proximidade aos núcleos urbanos. O gráfico onde se apresenta «Total por 2 níveis de protecção» demonstra que as opções dos agentes ainda recaem nas áreas com menores restrições, APP III + APC com 68%, contudo, é de assinalar, que os valores para as áreas com protecção mais elevada, representam 18% mas com valores absolutos de 5 actividades.

Pode-se assim concluir que as empresas entenderam as alterações das condicionantes descritas no PO, por isso, optaram por fazer incidir os seus produtos turísticos em zonas com menor nível de protecção. Estas escolhas devem-se ao facto de estas áreas possuírem menores interdições e também a uma maior consciencialização para a salvaguarda dos valores naturais, “reservando” para as áreas mais sensíveis as actividades com menos impacte, como é o caso do pedestrianismo.

Nos gráficos seguintes pretende-se avaliar a distribuição de cada modalidade por concelho, bem como, tentar perceber se existem factores de marketing que influenciem a procura da modalidade.

Actividade de Desporto de Natureza - Pedestrianismo/Orientação/Trekking



Incidências das actividades de pedestrianismo, orientação e Trekking por concelhos.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

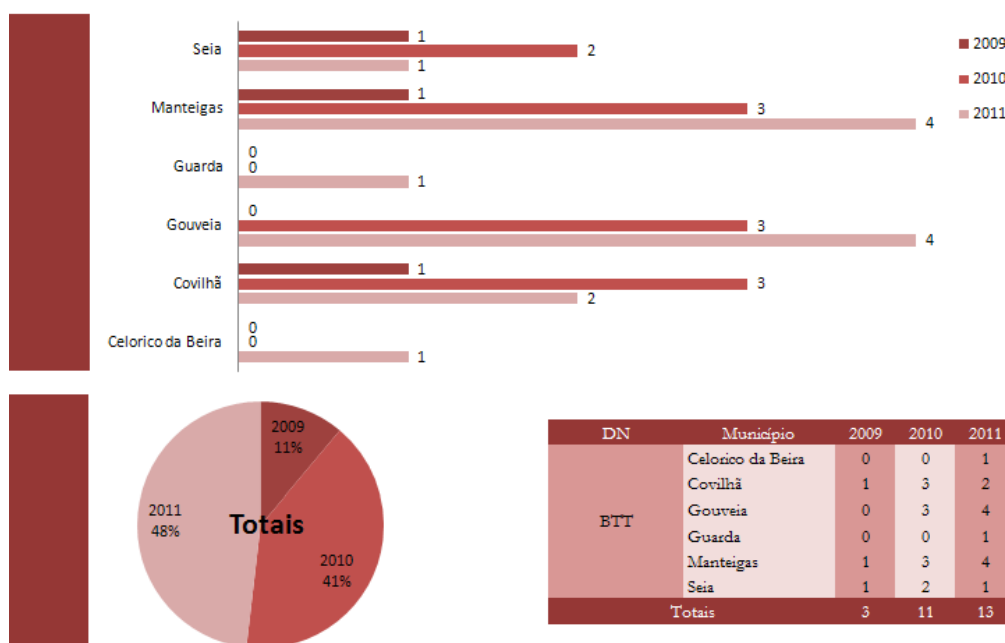
Como se verifica esta actividade teve um decréscimo de 14% entre os anos de 2010 e 2011, em termos totais. A grande perda centra-se no concelho de Manteigas, em contra ciclo, os dados do concelho de Gouveia indicam-nos uma continuidade de promoção da modalidade, contudo, estes dados são incipientes para se tirar conclusões. O ICNB solicitou relatórios trimestrais das actividades às empresas, para melhorar a base de dados, todavia estes são facultativos.

Do ponto de vista da actividade económica, o pedestrianismo no PNSE é recente, existindo por isso, muito para fazer em relação à sua promoção, bem como, a necessidade de rever os pressupostos da relação entre os *Stakeholders*², para que se encontre a situação mais favorável para a monitorização do parque.

Os pressupostos que se impõem para a actividade de pedestrianismo, em relação à carga no território, não se reflectem na modalidade de BTT. Assim, os dados analisados seguidamente, reflectem todas as actividades da modalidade para o triénio estudado.

² Segundo, Nunes (2009)., o termo inglês stakeholder designa uma pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses nas acções e no desempenho de uma organização e cujas decisões e actuações possam afectar, directa ou indirectamente, essa outra organização. Estão incluídos nos stakeholders os funcionários, gestores, proprietários, fornecedores, clientes, credores, Estado (enquanto entidade fiscal e reguladora), sindicatos e outras diversas pessoas ou entidades que se relacionam com a empresa.

Actividade de Desporto de Natureza - BTT



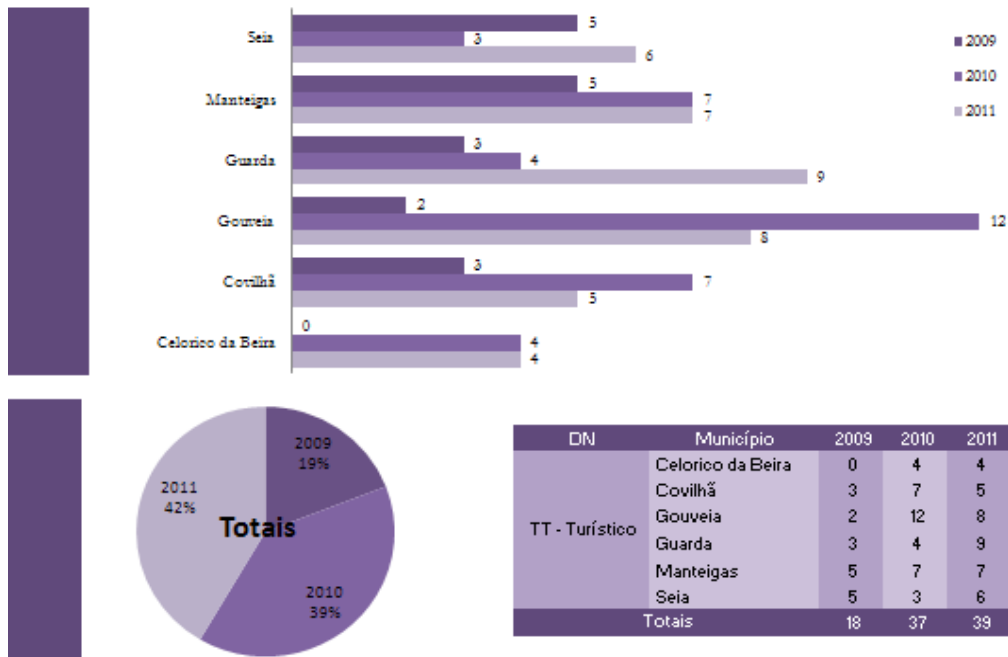
Incidências das actividades de cicloturismo e BTT por concelhos.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Os concelhos de Manteigas e Gouveia fizeram, ao longo destes anos, um investimento na promoção da modalidade de BTT. Com esta aposta na modalidade, verificou-se um crescimento significativo dos valores totais, especialmente entre os anos de 2009 e 2010 e uma subida relativa em 2011. A análise global dos dados indica-nos que a modalidade tem tido um desenvolvimento expressivo, porém, a sua decomposição analítica demonstra que ainda existe muito para progredir na promoção da actividade, para que esta se revele interessante economicamente.

Pela análise individual dos pedidos/pareceres e dos trajectos usados, esta actividade estava direccionada para o turismo *hard* e centrava-se próximos dos núcleos urbanos. Este tipo de produto especializado requer uma logística maior, pelo que o seu desenvolvimento deve concentrar-se perto dos núcleos urbanos, diminuindo assim os impactos no território. Contudo, será importante reafirmar que as actividades de BTT *Soft* ou o cicloturismo demonstram um grande potencial de desenvolvimento na região.

Seguidamente, mostra-se que o «IT Turístico» demonstra uma forte prática na área do PNSE, sendo ela, uma forma eficaz de promoção de todo o DN, da gastronomia, da etnografia, assim como, de outros valores culturais referidos no presente estudo.

Actividade de Desporto de Natureza - TT Turístico



Incidências das actividades TT Turístico por concelhos.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Os passeios de «TT Turístico» revelam-se sobre a forma de evento. A actual forma de promoção deste actividade pode tornar-se pouco relevante para o desenvolvimento económico, deixando apenas os impactes sobre os recursos, caso estes não sejam interligados com os outros valores e produtos endógenos da região.

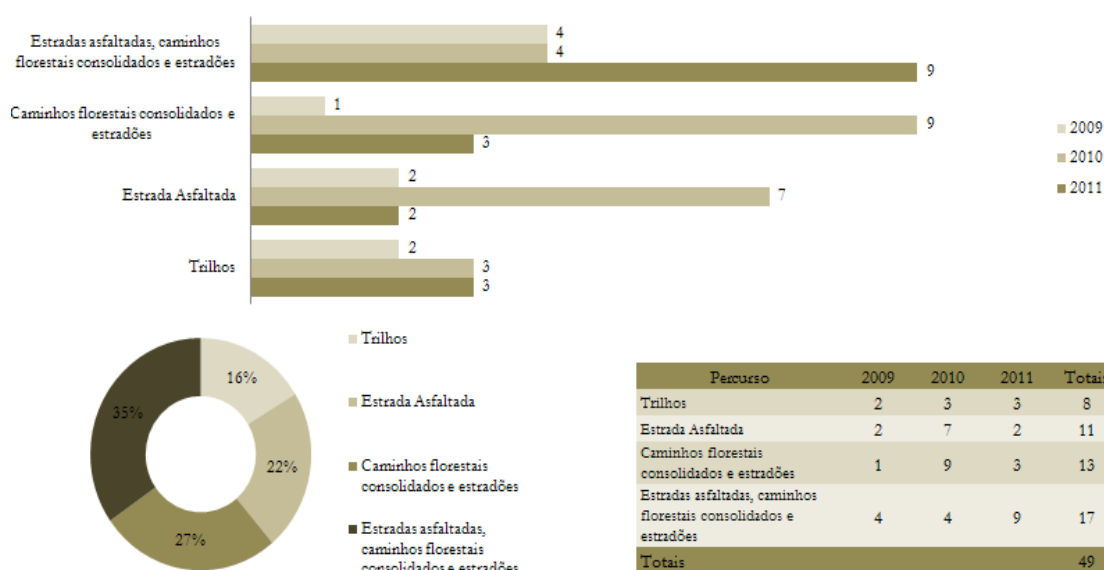
O concelho de Gouveia é um dos que apresenta maior atractividade para esta modalidade, devendo-se isso à interligação da modalidade com casas de turismo e restaurantes, evidenciando assim a mais-valia da cooperação.

Os dados demonstram um crescimento contínuo da modalidade na região, embora alguns concelhos registem poucas actividades nas outras modalidades de DN, como é o caso de são Celorico da Beira, Guarda e Seia.

A existência na região de grupos e associações ligadas ao “todo o terreno” contribui para o aumento das actividades. Contudo, será de todo importante lembrar que as empresas possuem regras mais apertadas para a organização desta actividade.

Com os gráficos seguintes, referentes às actividades lineares, pretende-se compreender onde e qual o tipo de carga a que o território está sujeito.

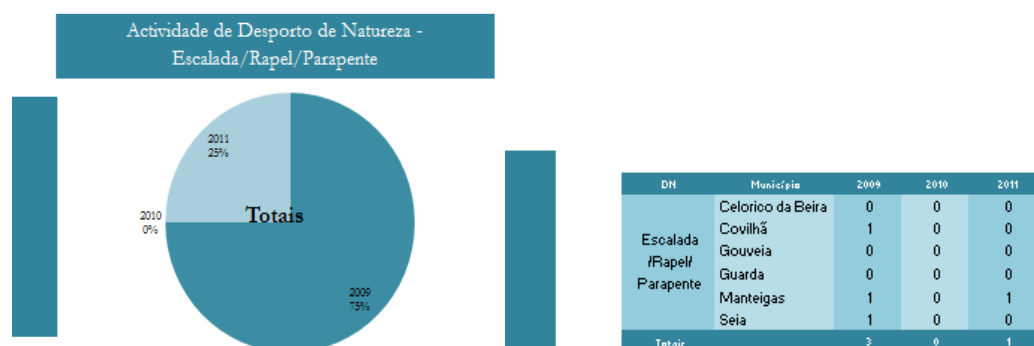
Zonas de incidência do DN (TT Turístico, Pedestrianismo, cicloturismo - BTT)



Incidências das actividades DN no território.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Pode-se verificar que os traçados das modalidades lineares têm uma incidência por caminhos consolidados, atenuando assim os efeitos negativos sobre os recursos, isto se excluirmos os trilhos afectos à actividade de pedestrianismo. Assim, as restantes modalidades, principalmente o «TT Turístico», são praticadas de forma a salvaguardar os valores naturais existentes no PNSE.

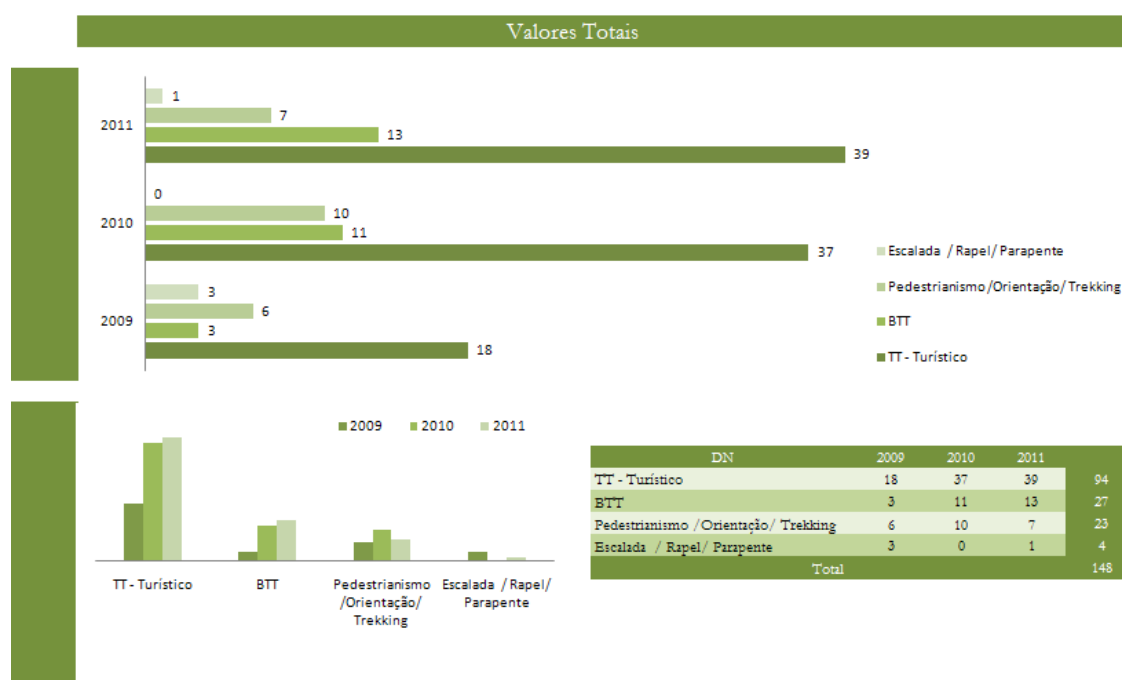
Estes resultados são influenciados pela actividade de DN que mais se pratica no PNSE, o «TT Turístico», pelo que se pode afirmar que a utilização, por parte desta modalidade, de caminhos florestais consolidados, estradões ou mesmo as estradas asfaltadas, afectas à rede nacional ou municipal de estradas, não constituí um impacte na compactação dos solos. No entanto, o ICNB através do código de conduta alerta todos os participantes para os efeitos negativos que, o não comprimento deste, possa causar na flora e fauna envolvente.



Incidências das actividades de Escalada/Rapel/Parapente no PNSE.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).

Com a entrada em vigor do regulamento do Plano de Ordenamento de Setembro de 2009, que definiu novos níveis de protecção, como já foi explanado, as actividades de Escalada, Rapel e Parapente, são interditas em locais emblemáticos, como é o caso do Cântaro Magro e da Parede dos Fantasmas, explicando por isso a insipiência dos dados. Considera-se fundamental encontrar soluções para que os valores naturais não se percam, mas que a prática destas modalidades seja possível nos locais de tradição.

Conforme se mostra em seguida, segundo os valores totais das modalidades efectuadas no PNSE, verifica-se uma tendência para um relativo aumento do BTT e uma diminuição das actividades de pedestrianismo, escalada/rapel/parapente. Este facto deve ser entendido por todos os *Stakeholders* como preocupante, pois a Serra da Estrela tem um grande potencial devido às suas excelentes condições para a prática destas modalidades. Em relação ao «TT Turístico» a variação dos dados é pouco significativa, nos últimos dois anos, contudo indica um ligeiro aumento da modalidade.



Incidências das actividades DN no território do PNSE.
Fonte: (Arquivo do PNSE, 2012).